



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Balneário Piçarras

Inquérito Civil n. 06.2021.00002695-7

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA N. 002/2021:

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA PARA ASSEGURAR A ANULAÇÃO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO N. 003/2021 E DEFLAGRAÇÃO DE NOVO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO VISANDO À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES PARA ATENDIMENTO AOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS E SUAS UNIDADES.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO SANTA CATARINA**, representado neste ato pelo Promotor de Justiça signatário, **Pablo Inglês Sinhori**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com fulcro nos artigos 127, *caput*, e 129, II e III, da Constituição Federal; 25, IV, e 26, I, ambos da Lei n. 8.625/93; 1º, IV, 5º, § 6º, e 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/85; 82, I, e 90, ambos da Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), e o **MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS**, doravante denominado **COMPROMISSÁRIO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n. 79.372.553/0001-25, sediado na av. Emanuel Pinto, n. 1655, centro, Balneário Piçarras/SC, representado neste ato pelo atual Prefeito, Sr. **Tiago Maciel Baltt**, nos autos do **Inquérito Civil em epígrafe**, em trâmite na 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Balneário Piçarras/SC, e

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Balneário Piçarras

ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (artigo 127, *caput*, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público o zelo pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias às suas garantias;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, em seu artigo 37, estabeleceu que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

CONSIDERANDO que chegou ao conhecimento deste Órgão de Execução, por meio da Notícia de Fato n. 01.2021.00008678-9, que o município de Balneário Piçarras lançou o Procedimento Licitatório n. 003/2021 (Pregão n. 001/2021), destinado à contratação de empresa especializada para o fornecimento de serviço de locação de veículos automotores para atendimento aos órgãos e entidades do Poder Executivo Municipal e suas unidades, e que, ainda no prazo para a apresentação das propostas, procedeu à alteração dos requisitos e condições para participação das empresas interessadas, sem reabrir o referido prazo, nos termos do art. 21 da Lei n. 8.666/93;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 4º, inciso V, da Lei n. 10.520/02, o prazo entre a publicação do edital e a apresentação das propostas não poderá ser inferior a 8 (oito) dias úteis;

CONSIDERANDO que, mesmo ocorrendo a publicação das alterações no Diário Oficial dos Municípios, nos dias 5.2.21 e 8.2.21, a apresentação das propostas ocorreu no dia 9.2.21, inexistindo tempo hábil para que outras possíveis empresas interessadas tomassem conhecimento das alterações e formassem suas propostas para participarem do certame;

CONSIDERANDO, portanto, que o município deixou de



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Balneário Piçarras

observar os preceitos legais atinentes ao procedimento licitatório, porquanto realizou alterações significativas no edital, as quais afetaram diretamente a formulação das propostas, sem reabrir o prazo para apresentação das propostas;

CONSIDERANDO que não há outra alternativa senão a anulação do procedimento licitatório, com a consequente anulação dos contratos originados dele e a realização de novo procedimento licitatório, em conformidade com as regras previstas nas Leis ns. 8.666/93 e 10.520/02;

RESOLVEM:

Celebrar o presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, com fulcro no art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85, e art. 25 e seguintes do Ato n. 395/2018/PGJ, mediante as seguintes cláusulas:

I – Obrigações a cargo do município de Balneário Piçarras:

CLÁUSULA PRIMEIRA. O COMPROMISSÁRIO compromete-se a anular o Procedimento Licitatório n. 003/2021 (Pregão n. 001/2021), devido aos vícios de legalidade apontados da Recomendação n. 009/2021 (p. 245/247);

CLÁUSULA SEGUNDA. O COMPROMISSÁRIO compromete-se a deflagrar novo procedimento licitatório visando à contratação de empresa para locação de veículos, o qual deverá ser concluído no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, período em que continuarão vigentes os contratos já firmados;

CLÁUSULA TERCEIRA. O COMPROMISSÁRIO compromete-se a anular todos os contratos decorrentes do Procedimento Licitatório n. 003/2021 (Pregão n. 001/2021), imediatamente após a homologação e adjudicação do resultado do novo processo licitatório;

II – Compromisso a cargo do Ministério Público:

O Ministério Público compromete-se a não adotar nenhuma medida judicial de caráter coletivo contra o **COMPROMISSÁRIO**, relacionada ao presente ajustamento, caso o presente compromisso seja integralmente atendido.

III – Disposições Finais:



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Balneário Piçarras

Das sanções civis em caso de descumprimento do ajuste:

a) o descumprimento de quaisquer das obrigações constantes do presente compromisso **sujeitará o COMPROMISSÁRIO** ao pagamento de multa no importe de R\$ 100,00 (cem reais) por dia de descumprimento, independente de qualquer interpelação ou notificação, exigível enquanto perdurar a violação e com a incidência de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária pelo INPC até o efetivo adimplemento, sem prejuízo de eventual ajuizamento de ação executiva específica para cobrar-se o fiel cumprimento das obrigações, caso não respeitados os prazos e as formas aqui previstos;

b) os valores da multa deverão ser revertidos em benefício do **FUNDO PARA A RECONSTITUIÇÃO DE BENS LESADOS (FRBL)** de que trata a Lei Federal n. 7.347/85 (art. 13), e o Decreto Estadual n. 808/12.

Por fim, as questões decorrentes deste compromisso serão dirimidas no Foro da Comarca de Balneário Piçarras.

Assim, justos e acertados, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, firmam as partes o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, em duas vias de igual teor, com eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos dos arts. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85, e 784, IV, do Código de Processo Civil, não constituindo condição de eficácia da presente avença a homologação, pelo Conselho Superior do Ministério Público, do arquivamento do Inquérito Civil n. 06.2021.00002695-7, consoante disposto no art. 35 do Ato n. 395/2018/PGJ.

Balneário Piçarras, 18 de agosto de 2021.

Pablo Inglês Sinhori
Promotor de Justiça

Tiago Maciel Baltt
Prefeito de Balneário Piçarras

Ricardo Matiello – OAB/SC n. 40.208
Procurador-Geral do município de Balneário Piçarras

Testemunhas:

Isabelle Cardoso Ricardo – Assistente de Promotoria de Justiça
Fernanda Thais Bunning – Assistente de Promotoria de Justiça